

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

**-- PROVAS OBJETIVAS --**  
**-- CONHECIMENTOS GERAIS --**

### Texto CG3A1

O Rio Grande do Norte é, hoje, parte do imenso território brasileiro. Ocupa uma área de aproximadamente 53.000 km<sup>2</sup>. A compreensão da história dessa parte do território nacional só é possível a partir da história da civilização ocidental e da história do Brasil. A história do Brasil, por sua vez, só é verdadeiramente compreendida se a pudermos apreciar desde antes da chegada da expedição cabralina, marco cronológico inicial da história brasileira. O "descobrimento" é, sem dúvida, fato da maior importância, mas por si só insuficiente para explicar a origem do Brasil. Para tanto, faz-se necessário o conhecimento dos fatos anteriores que nos possibilite uma compreensão mais abrangente do processo histórico que resultou no descobrimento dos rincões tupiniquins. Só assim poderemos entender o que ocorreu a partir da chegada dos portugueses, conhecer os motivos que levaram as monarquias cristãs europeias a empreender a expansão marítima mercantil, grandes navegações rumo ao desconhecido.

Sérgio Luiz Bezerra Trindade. *História do Rio Grande do Norte*.  
Natal: Editora do IFRN, 2010, p. 13 (com adaptações).

A respeito das ideias veiculadas no texto CG3A1 e de sua organização discursiva, julgue os itens a seguir.

- 1 A progressão argumentativa do texto sugere que o autor relativiza a centralidade do 'descobrimento' como início absoluto da história do Brasil.
- 2 Quanto à tipologia, o texto é predominantemente injuntivo, pois tem a finalidade de instruir o leitor a respeito da verdadeira história do Rio Grande do Norte.
- 3 Infere-se do texto que a história do Brasil pode ser explicada por seus acontecimentos internos, privilegiando-se uma perspectiva linear e autossuficiente da história nacional.

Acerca dos sentidos e das estruturas linguísticas do texto CG3A1, julgue os itens que se seguem.

- 4 No trecho "faz-se necessário o conhecimento dos fatos anteriores que nos possibilite uma compreensão mais abrangente do processo histórico que resultou no descobrimento dos rincões tupiniquins", as duas orações introduzidas pelo vocábulo "que" têm caráter restritivo.
- 5 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o trecho "os motivos que levaram as monarquias cristãs europeias a empreender a expansão marítima mercantil" poderia ser reescrito da seguinte forma: **os motivos que conduziram às monarquias cristãs europeias empreender a expansão marítima-mercantil**.
- 6 No trecho "O Rio Grande do Norte é, hoje, parte do imenso território brasileiro", o isolamento do termo "hoje" entre vírgulas confere ênfase à circunstância temporal expressa por esse termo.
- 7 A substituição da palavra "rincões", em "descobrimento dos rincões tupiniquins", por **territórios** preservaria os sentidos originais do texto.
- 8 Em "A compreensão da história dessa parte do território nacional", a expressão "dessa parte" funciona como elemento de referência textual anafórica cujo referente semântico pode ser interpretado como correspondente ao estado do Rio Grande do Norte.
- 9 No trecho "O Rio Grande do Norte é, hoje, parte do imenso território brasileiro. Ocupa uma área de aproximadamente 53.000 km<sup>2</sup>", apesar da ausência de conectivo entre as orações, entende-se que a segunda estabelece com a primeira uma relação de adição.
- 10 No trecho "A história do Brasil, por sua vez, só é verdadeiramente compreendida se a pudermos apreciar desde antes da chegada da expedição cabralina", o segmento introduzido pelo termo "se" tem função adverbial e expressa uma condição para a verdadeira compreensão da história do Brasil.
- 11 Em "Para tanto, faz-se necessário o conhecimento dos fatos anteriores", o pronome "se" poderia ser deslocado para a posição proclítica — **se faz necessário** —, sem prejuízo da correção gramatical do texto, em razão da proximidade da expressão "Para tanto".
- 12 A coerência e a correção gramatical do texto seriam preservadas se o trecho "O 'descobrimento' é, sem dúvida, fato da maior importância, mas por si só insuficiente para explicar a origem do Brasil" fosse reescrito da seguinte forma: **Embora o "descobrimento" seja, sem dúvida, fato da maior importância, ele por si só é insuficiente para explicar a origem do Brasil**.

The changes to Earth's natural patterns reveal an interconnected web of ecological systems that are undergoing profound changes beyond what many researchers have predicted. Scientists say the culprit is clear: Ever since the Industrial Revolution, the relentless burning of fossil fuels like coal, oil, and gas has been adding heat-trapping gases to the atmosphere, leading to a sharp rise in global temperatures. The hottest year in recorded history was 2024, and each of the 10 warmest years on record have come in the past decade.

Since 1997, when nations agreed to limit planet-warming gases as part of the landmark Kyoto Protocol, humanity has released more greenhouse gases than in all prior history. The temperature rise associated with the growing volume of heat-trapping gas has kicked in, and it is continuing to rise. And at the same time, the ability of the planet's natural systems to absorb planet-warming gases like carbon dioxide appears to be diminishing.

David Gelles. *One thing's for sure, the weather is getting wilder.*  
The New York Times International Edition, Nova York, 21-22 mar. 2026, p. 2 (adapted).

Considering the preceding text, judge the following items.

- 13 The structure "appears to be diminishing", used at the end of the text, indicates the observation of an ongoing gradual process.
- 14 In the fragment "The temperature rise associated with the growing volume of heat-trapping gas has kicked in" (second paragraph), "has kicked in" is used to indicate that the temperature rise has started to take effect.
- 15 Many scientists predicted all of the changes in Earth's ecological systems exactly as they are happening.
- 16 The word "culprit", in the fragment "Scientists say the culprit is clear" (first paragraph), could be correctly replaced with **problem** without this causing any change in the original meaning of the text, since the words are synonyms.
- 17 In the excerpt "The hottest year in recorded history was 2024" (first paragraph), the word "hottest" is the superlative form of **hot** and could be replaced with **most hot** without this harming the grammatical correctness of the text.

No que se refere ao controle da administração pública e à atuação dos tribunais de contas, julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do STF.

- 18 Os tribunais de contas, no exercício do controle externo, podem determinar aos órgãos de controle interno a realização de auditorias, em razão da subordinação deste sistema de controle àquele.
- 19 O Ministério Público de Contas não tem legitimidade para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por tribunal de contas estadual a agente público municipal em razão de danos causados ao erário municipal.
- 20 Compete ao estado ao qual está vinculado o tribunal de contas a execução de multa aplicada a agente público municipal, ainda que o débito decorra de dano causado ao erário municipal.

Acerca de improbidade administrativa e dos sistemas de controle jurisdicional da administração pública, julgue o item subsequente.

- 21 No âmbito de tomada de contas especial, não compete ao tribunal de contas a aferição de dolo para fins de caracterização de ato de improbidade administrativa, devendo a corte de contas realizar o julgamento técnico das contas e a apuração de dano ao erário.

Com base na Lei Orgânica do TCE/RN, julgue o próximo item.

- 22 Sindicatos e partidos políticos são partes legítimas para denunciar ao TCE/RN irregularidades ou ilegalidades atribuídas a administrador sujeito à sua jurisdição, não se estendendo essa legitimidade ao cidadão em geral.

Julgue os próximos itens, relativos ao Microsoft Office, à Política Nacional de Educação Digital (PNED), bem como a inteligência artificial generativa (IAG), a ameaças digitais e ao Portal Brasileiro de Dados Abertos.

	A	B	C
1	<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
2	A1	INSS	R\$ 100,00
3	A6	Salário educação	R\$ 500,00
4	A7	Seguro	
5		<b>Total</b>	

- 23 Considere que, na célula C4 da planilha precedente, criada no MS Office Excel 365, seja inserida a fórmula a seguir.

$$=SE(E(C2>100;C3<600);250;C2/2)$$

Nessa situação, se na célula C5 for inserida a fórmula =SOMA(C2:C4), aplicando-se o mesmo tipo de formatação da célula C2, será apresentado em C5 o resultado R\$ 850,00.

- 24 O Portal Brasileiro de Dados Abertos, ferramenta pela qual o governo disponibiliza dados e informações públicas, contém somente dados abertos, logo, dados com alguma restrição de acesso estão fora do escopo desse portal.
- 25 O *pharming* é uma variante do *phishing*, pois redireciona o *browser* do usuário para um *site* falso, visando roubar identidade digital e informação sensível.
- 26 Para a adoção de ferramentas de IAG no serviço público, é fundamental avaliar riscos como as alucinações, que são informações falsas ou fabricadas que, embora pareçam coerentes, resultam de limitações nos dados de treinamento ou na arquitetura do modelo.

Julgue os itens a seguir, relativos a lógica sentencial, princípios de contagem e problemas geométricos.

- 27 Suponha que, na sede de certo tribunal de contas estadual, a planta baixa de uma sala seja representada por um trapézio isósceles cujo perímetro é de 120 m. Nesse caso, sabendo-se que o comprimento dos lados paralelos do referido trapézio segue a razão 3:1 e que seus lados oblíquos são iguais ao dobro da base menor, então é correto concluir que a área total dessa sala é de  $450\sqrt{3}$  m<sup>2</sup>.
- 28 A sentença "Um auditor analisou o edital de licitação e a empresa vencedora não cumpriu os requisitos?" é uma proposição composta.
- 29 Suponha que, em um lote com 20 processos sobre execução de contratos, 4 deles apresentem desvios de finalidade. Nessa situação, se um auditor selecionar aleatoriamente 2 processos desse lote, sucessivamente e sem reposição, a probabilidade de que ambos apresentem desvios de finalidade será superior a 5%.
- 30 Considere que um servidor do tribunal de contas tenha sintetizado a situação de um contrato em seu relatório com a seguinte proposição composta: "O empenho foi autorizado, ou a nota fiscal foi emitida, ou o pagamento deve ser liberado". Nesse caso, a proposição formulada pelo servidor é logicamente equivalente à proposição composta "Se o empenho foi autorizado e a nota fiscal foi emitida, então o pagamento deve ser liberado".
- 31 Suponha que o sistema do tribunal de contas sorteie aleatoriamente 10 processos idênticos de fiscalização de obras entre 3 auditores, sendo o sorteio conduzido de modo que cada auditor receba de 0 a 10 processos. Nesse caso, a quantidade total de formas distintas de o sistema distribuir esses 10 processos entre os 3 auditores é exatamente igual a 66.

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- 32 Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, devendo o autor, se comprovada sua má-fé, pagar as custas judiciais e arcar com o ônus da sucumbência.
- 33 As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais são programáticas, pois estipulam metas a serem implementadas e alcançadas pelo Estado.
- 34 A condenação por improbidade administrativa tem como consequência inerente a cassação dos direitos políticos.

A respeito das normas de fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Poder Legislativo previstas no texto constitucional, julgue os seguintes itens.

- 35 Ao tomar conhecimento de ilegalidades, qualquer cidadão tem o dever legal de denunciá-las perante o Tribunal de Contas da União.
- 36 Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, os responsáveis pelo controle interno deverão dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Acerca da organização administrativa e de aspectos relativos à licitação, julgue os seguintes itens.

- 37 Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável devem responder solidariamente pelo dano causado ao erário.
- 38 Órgão administrativo é a unidade descentralizada, com personalidade jurídica própria, integrante da estrutura da administração direta.
- 39 A contratação pública direta realizada com base no baixo valor do produto a ser adquirido é feita por inexigibilidade de licitação.
- 40 Previsto expressamente na vigente Lei de Licitações e Contratos, o princípio da competitividade garante a participação do maior número de licitantes qualificados possível, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública.
- 41 O processo de contratação direta deve ser instruído com autorização da autoridade competente e com justificativa de preço, sendo facultativa a apresentação da razão da escolha do contratado.

Em relação à gestão orçamentária no setor público, à publicação de dados orçamentários e à receita pública, julgue os itens a seguir, com base na LRF e na Lei n.º 4.320/1964.

- 42 Considere que determinado estado da Federação abra créditos extraordinários, sem autorização prévia por lei específica, com base em decreto estadual no qual são citadas "a urgência e a necessidade" da medida. Nessa situação hipotética, admite-se a abertura de crédito extraordinário por decreto desde que haja autorização legislativa posterior.
- 43 Consoante o estabelecido na LRF, as transferências voluntárias devem ser contabilizadas quando há compromisso formal de transferência, não na ocasião do efetivo recebimento, tendo a LRF criado uma exceção ao critério de arrecadação estabelecido na Lei n.º 4.320/1964, permitindo que transferências voluntárias sejam contabilizadas antes do efetivo recebimento.
- 44 Um tribunal de contas que implementa um sistema integrado com visualizações gráficas, análises comparativas e contextualizações está cumprindo as obrigações legais e, simultaneamente, elevando o padrão de transparência.
- 45 A dívida ativa deve ser avaliada quanto à sua recuperabilidade, e a considerada irrecuperável deve ser baixada contabilmente.

O Código Filipino passou a vigorar em Portugal e em suas possessões ultramarinas a partir da sua primeira impressão e promulgação, ocorridas por volta de 1603. O documento guardava certas especificidades ideológicas que podem estar relacionadas, entre outros fatores, às mudanças propostas e aceitas pelos reis católicos com a promulgação das reformas da Igreja Católica acordadas no Concílio de Trento (1546-1562).

Além de incorporar os assentos morais cristãos acordados no Concílio, o Código Filipino foi produzido também para responder às inquietações dos administradores e funcionários monárquicos e aos próprios ditames do rei acerca das novas possessões coloniais.

Thiago Alves Dias. O Código Filipino, as Normas Camarárias e o comércio: mecanismo de vigilância e regulamentação comercial na Capitania do Rio Grande do Norte. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, n.º 68, 2014, p. 215-216 (com adaptações).

Tendo como referência inicial as informações apresentadas no texto anterior, julgue os seguintes itens, acerca de aspectos históricos da capitania do Rio Grande.

- 46 O Código Filipino estabeleceu, nas capitanias donatárias, incluída a do Rio Grande, a obrigatoriedade de emissão de licenças para o exercício profissional e a atividade comercial.

- 47 As vilas da capitania do Rio Grande foram estabelecidas preferencialmente longe dos aldeamentos indígenas, a fim de que fosse garantida a segurança dos administradores e funcionários monárquicos.
- 48 A administração colonial respondeu aos intensos períodos de seca que ocorreram na capitania do Rio Grande, na virada do século XVIII para o XIX, com intensa vigilância nos portos.
- 

No que diz respeito a aspectos geoeconômicos do Rio Grande do Norte, julgue os itens a seguir.

- 49 O Rio Grande do Norte tornou-se o principal produtor nacional e exportador de camarão de maricultura devido à ótima adaptação da espécie *litopenaeus vannamei* ao litoral potiguar.
- 50 As características climáticas do semiárido do Rio Grande do Norte têm sido historicamente favoráveis à produção do algodão, embora esse produto tenha pouca expressividade nas exportações do estado, o que se deve, entre outros fatores, à tímida presença da indústria têxtil na região.
- 

**Espaço livre**

---

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

No exercício de 2025, um auditor de controle externo da área de contabilidade, ao realizar auditoria financeira em uma secretaria de estado, deparou-se com os seguintes eventos.

- Evento A: consumo de materiais de estoque no valor de R\$ 50.000,00, cujo empenho e liquidação haviam ocorrido no exercício anterior (2024).
- Evento B: recebimento de uma fatura de serviços de consultoria prestados integralmente em dezembro de 2025, mas que, por atraso no protocolo, será empenhada apenas em 2026 como despesa de exercícios anteriores (DEA).
- Evento C: arrecadação de R\$ 100.000,00 referentes a impostos lançados em 2024 que estavam em dívida ativa.

A partir da situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir, considerando que a contabilidade aplicada ao setor público deve manter um processo de registro apto a sustentar o dispositivo legal do regime orçamentário, mas também deve proceder à evidenciação dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial segundo o regime contábil.

- 51 Quanto ao evento B, a falta de empenho em 2025 impede o reconhecimento da despesa sob o regime contábil, devendo o auditor recomendar o reconhecimento da variação patrimonial diminutiva (VPD) e do passivo em 2026, no momento do empenho da DEA.
- 52 Quanto ao evento A, tanto a despesa pelo regime orçamentário como a variação patrimonial diminutiva (VPD) pelo regime contábil devem ser registradas no ano de 2025, para que haja a conciliação entre os regimes.
- 53 O ingresso dos valores em atraso relativos ao evento C configura uma receita orçamentária do exercício de 2025, em estrita observância ao disposto na Lei n.º 4.320/1964.

A respeito dos procedimentos contábeis que devem ser aplicados ao ativo imobilizado no setor público, julgue os próximos itens.

- 54 Os entes federados devem utilizar o prazo de vida útil e as taxas anuais de depreciação conforme as peculiaridades de sua gestão, divulgando suas particularidades em notas explicativas.
- 55 Para bens móveis em uso após a vida útil, recomenda-se a reavaliação caso o valor residual do bem não reflita o seu valor justo, bem como a revisão do seu cronograma de depreciação.

Uma equipe de auditoria, ao realizar suas atividades junto aos órgãos públicos sob sua fiscalização, se deparou com as seguintes questões envolvendo ativos intangíveis.

- **Caso I – gastos com capacitação de pessoal.** A prefeitura de determinado município desenvolveu um novo sistema de processamento de dados. Para que os servidores pudessem operar o sistema, o ente gastou R\$ 50.000,00 em um curso de treinamento especializado. O contador da prefeitura incluiu esse valor como parte do custo do ativo intangível, argumentando que, sem o curso, o *software* não teria utilidade.
- **Caso II – fase de pesquisa e desenvolvimento.** Um ente público iniciou um projeto interno para criar uma nova tecnologia de filtragem de resíduos. Durante a fase de pesquisa, foram gastos R\$ 100.000,00 com a busca de alternativas e avaliação de materiais. Um auditor, ao analisar o balanço, verificou que o ente registrou esses gastos como variação patrimonial diminutiva (VPD), sob a justificativa de que o projeto ainda se encontrava na fase de pesquisa.
- **Caso III – ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).** Uma autarquia estadual passou por um processo de fusão com outra entidade. Durante o processo, a equipe técnica identificou um valor de mercado superior ao valor contábil dos ativos líquidos da autarquia, registrando esse "excedente" como ativo, sob a justificativa de que há um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente, pela excelente reputação da autarquia perante o público.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir acerca das recomendações que devem ser feitas pela equipe de auditoria com relação aos procedimentos contábeis a serem adotados em cada caso.

- 56 Com relação ao caso III, a equipe de auditoria deve apontar a irregularidade do registro de ágio, considerando que ele não se enquadra na condição de ativo.
- 57 Com relação ao caso I, a equipe de auditoria deve determinar o estorno do valor como parte do custo do ativo intangível e recomendar o lançamento como variação patrimonial diminutiva.
- 58 Com relação ao caso II, a equipe de auditoria deve considerar que o tratamento contábil foi inadequado, uma vez que os gastos com pesquisa devem ser incluídos como parte do custo do ativo intangível.

Determinado município possui um caminhão-pipa que é utilizado para o fornecimento remunerado de água a granjas e frigoríficos da região (ativo gerador de caixa). Durante a auditoria das contas de 2025 desse município, o auditor obteve as seguintes evidências.

- Na razão contábil, o veículo está registrado ao custo de R\$ 300.000,00, e tem uma depreciação acumulada de R\$ 90.000,00.
- No laudo de avaliação técnica, o valor justo líquido de venda do veículo é de R\$ 170.000,00, e o seu valor em uso (fluxos de caixa descontados), de R\$ 185.000,00.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir no que concerne ao procedimento da redução ao valor recuperável no setor público, considerando que o declínio na utilidade do ativo para a entidade que o controla deve ser refletido na mensuração.

- 59** Caso o valor justo líquido de venda do caminhão seja de R\$ 170.000, o auditor deve exigir o reconhecimento da perda com base nesse montante, sendo vedada a utilização do valor em uso para reduzir a desvalorização apurada.
- 60** Sendo o valor contábil líquido do caminhão superior ao seu valor recuperável, o auditor deve exigir o registro de uma variação patrimonial diminutiva (VPD) por desvalorização no montante de R\$ 25.000,00.

O tribunal de contas de certo estado está realizando auditoria financeira na secretaria estadual de saúde. Durante os trabalhos, a equipe de auditoria depara-se com as seguintes situações ocorridas no exercício de 2025: (a) ação judicial movida por um sindicato de servidores pleiteando reajustes retroativos, tendo a assessoria jurídica do órgão classificado o risco de perda como provável, mas ressaltado que o valor exato final depende de cálculos complexos de liquidação de sentença, embora tenha fornecido uma estimativa confiável baseada em jurisprudência; (b) investigação preliminar do Ministério Público sobre supostas irregularidades em contratos de publicidade, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade, mas a saída de recursos é considerada possível; (c) autuação da secretaria por descumprimento de normas sanitárias, caso em que a assessoria jurídica considera a perda possível, porém a validade da multa está condicionada ao resultado de um recurso administrativo em outra instância, cujo desfecho depende de interpretação jurídica inédita, tornando a existência da obrigação incerta até a decisão final.

À luz dos normativos aplicados ao setor público acerca de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, julgue os itens a seguir.

- 61** No caso da investigação preliminar (b), como a saída de recursos, ainda que haja incerteza, é considerada possível, seus valores devem ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas.
- 62** No caso da ação judicial (a), a dificuldade em calcular o valor exato final da liquidação de sentença impede o reconhecimento de uma provisão, devendo a entidade apenas divulgar o evento em notas explicativas como um passivo contingente.
- 63** Com relação ao descumprimento das normas sanitárias (c), como a assessoria jurídica considera a perda possível, a multa deve ser contabilmente registrada como uma provisão.

No que se refere ao ambiente da informação de custos no setor público, julgue os itens seguintes.

- 64** O direcionador de custo é definido como o indicador que permite estabelecer a relação de causa e efeito para a alocação dos custos indiretos, devendo ser priorizado em relação ao uso de bases de rateio, as quais têm caráter residual no processo de atribuição de custo.
- 65** A classificação de um custo como controlável ou não controlável depende exclusivamente da natureza do recurso consumido (fixo ou variável), devendo os custos fixos ser sempre classificados como não controláveis pelo gestor da unidade.

Acerca da estrutura do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) e das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 66** Créditos extraordinários dependem de prévia autorização legislativa, a exemplo dos créditos suplementares e especiais.
- 67** O balanço orçamentário evidencia a execução das receitas e despesas do orçamento, comparando previsão e arrecadação, fixação e execução.
- 68** O PCASP padroniza a estrutura de contas para permitir comparabilidade e consolidação das informações contábeis no setor público.
- 69** O balanço financeiro evidencia ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários, bem como os saldos em espécie do exercício anterior e do exercício corrente.

No que concerne às naturezas da informação contábil, às regras de integridade do PCASP e à execução da despesa pública, julgue os itens seguintes.

- 70** O suprimento de fundos é forma ordinária de execução de despesas, aplicável a quaisquer gastos, desde que exista dotação suficiente.
- 71** As naturezas da informação contábil no PCASP permitem evidenciar fatos sob perspectivas distintas, como orçamentária, patrimonial e de controle, que devem manter coerência e integridade.
- 72** As regras de integridade do PCASP autorizam que contas incompatíveis sejam usadas livremente, desde que haja saldo suficiente para registrar o fato.
- 73** A demonstração das variações patrimoniais evidencia variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e o saldo patrimonial do período.

No que diz respeito a despesas de exercícios anteriores, fonte ou destinação de recursos e demonstração dos fluxos de caixa (DFC), julgue os itens subsequentes.

- 74** Despesas de exercícios anteriores não podem ser pagas no exercício em que se reconhece a obrigação, ainda que se refiram a exercício anterior.
- 75** Na elaboração da DFC pelo método indireto, parte-se do resultado orçamentário e ajustam-se as variações de caixa e de restos a pagar para se obter o fluxo líquido das operações.
- 76** O mecanismo de fonte ou destinação de recursos permite rastrear a origem e a vinculação legal dos recursos que financiam a despesa da entidade, auxiliando o controle de restrições.

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue os próximos itens.

- 77** Somente entidades da administração pública direta reportam a informação contábil de propósito geral, sendo vedada a inclusão de entidades controladas no perímetro contábil.
- 78** Segundo a referida norma, o reconhecimento de ativos e passivos depende de mensuração a valor justo.

O balancete de verificação a seguir foi extraído de uma entidade do setor público e estruturado segundo o plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).

caixa e equivalentes de caixa	R\$ 500.000
créditos a receber	R\$ 300.000
ativo imobilizado	R\$ 1.200.000
depreciação acumulada do imobilizado	R\$ 200.000
obrigações a pagar	R\$ 450.000
provisões	R\$ 150.000
variações patrimoniais diminutivas	R\$ 700.000
variações patrimoniais aumentativas	R\$ 900.000
patrimônio líquido	R\$ 1.000.000

Com base nas informações apresentadas na situação hipotética precedente, julgue os itens subsequentes.

- 79** Com base no confronto entre variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, é correto concluir que o resultado patrimonial do exercício é deficitário em R\$ 200.000, o que reduz o patrimônio líquido da entidade no período.
- 80** Considerando-se apenas as contas patrimoniais do balancete, é correto concluir que o saldo patrimonial apurado é de R\$ 1.200.000.

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade para o Setor Público (NBC TSP) relativas a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, estoques, ativo imobilizado, ativo intangível, bem como à redução ao valor recuperável de ativo não gerador de caixa, julgue os itens a seguir.

- 81** Define-se redução ao valor recuperável como a perda de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços de um ativo que seja superior ao reconhecimento sistemático da redução desses benefícios decorrente da depreciação periódica.
- 82** No setor público, uma provisão deve ser reconhecida no balanço patrimonial sempre que a saída de recursos for classificada como possível, desde que o montante da obrigação possa ser estimado com adequada confiabilidade pela entidade.
- 83** Itens como marcas, títulos de publicações e listas de usuários de serviços gerados internamente pela própria entidade podem ser reconhecidos como ativos intangíveis, desde que seus custos na fase de desenvolvimento sejam mensurados confiavelmente.
- 84** Terrenos e edificações adquiridos em conjunto por entidade pública devem ser tratados contabilmente como um único ativo indivisível, de modo que o aumento no valor de mercado do terreno compense a depreciação da edificação.
- 85** Os estoques que sejam mantidos por entidades do setor público especificamente para distribuição gratuita devem ser mensurados pelo valor correspondente ao menor valor entre o seu custo histórico e o seu custo corrente de reposição.

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade para o Setor Público relativas a instrumentos financeiros, julgue os itens seguintes.

- 86** Para que uma relação de proteção financeira seja qualificada para a contabilidade de *hedge*, é facultada à entidade a elaboração de documentação formal no início da operação, desde que a eficácia do instrumento seja comprovada por auditores durante o período de elaboração das demonstrações contábeis.
- 87** As normas exigem que a entidade pública que mudar seu modelo de negócios e reclassificar ativos financeiros de forma prospectiva rerepresente obrigatoriamente os ganhos, perdas ou juros reconhecidos em períodos anteriores à data da reclassificação.
- 88** No âmbito do setor público, a definição de instrumento financeiro restringe-se aos contratos formais, não sendo admitida a inclusão de contas a receber ou a pagar que derivem de compromissos de natureza não contratual, ainda que possuam efeito econômico similar.
- 89** O emitente de um instrumento financeiro deve classificá-lo no balanço patrimonial como passivo ou patrimônio líquido conforme a essência do acordo contratual, devendo o titular desses mesmos instrumentos aplicar as regras gerais de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, exceto se houver controle ou coligação entre os envolvidos na operação.
- 90** No reconhecimento inicial, a entidade do setor público pode mensurar contas a receber e contas a pagar de curto prazo pelo valor da fatura original, sem necessidade de ajuste ao valor presente, desde que o efeito do desconto financeiro seja considerado imaterial.

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade para o Setor Público relativas à demonstração dos fluxos de caixa, à apresentação de informação orçamentária, a demonstrações contábeis separadas, demonstrações contábeis consolidadas, bem como a políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, julgue os itens subsequentes.

- 91** A retificação de erros materiais de períodos anteriores deve ser realizada de forma prospectiva, afetando apenas o exercício atual.
- 92** O princípio do controle é o critério central para a definição da obrigatoriedade de consolidação das demonstrações contábeis de uma entidade.
- 93** Consideram-se demonstrações separadas as de entidade que não possui investimentos em controlada, em coligada ou em *joint venture*.
- 94** Definem-se equivalentes de caixa como aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor.
- 95** A comparação entre valores orçados e realizados deve ser incluída nas demonstrações das entidades que publicam seu orçamento aprovado.

Considerando os fundamentos da auditoria do setor público e os instrumentos de fiscalização, julgue os itens a seguir.

- 96** Devido ao princípio da independência plena do controle externo, é vedado a auditor de tribunal de contas considerar ou utilizar em seu planejamento os resultados de trabalhos produzidos pela unidade de auditoria interna da entidade fiscalizada, sob risco de anulação do parecer técnico por vício de parcialidade.
- 97** A auditoria do setor público cumpre papel essencial na governança democrática, pois fornece informações independentes e baseadas em evidências sobre a gestão de recursos públicos, visando aumentar o grau de confiança dos cidadãos e demais usuários previstos nos relatórios da administração pública.
- 98** O levantamento é o meio pelo qual o tribunal de contas conhece a organização de uma entidade para identificar objetos e áreas que demandem fiscalizações futuras.
- 99** O objetivo da auditoria do setor público limita-se à verificação da legalidade e da conformidade contábil, não abrangendo a avaliação da eficácia e da eficiência dos programas governamentais, visto que o mérito administrativo é insuscetível de controle externo.

Acerca dos tipos de auditoria e das normas de auditoria, julgue os itens que se seguem.

- 100** O conceito de risco de auditoria na auditoria financeira, conforme a ISSAI 200, refere-se à probabilidade de o auditor ser processado judicialmente por erros em seu relatório, independentemente de as demonstrações financeiras conterem ou não distorções relevantes.
- 101** A ISSAI 100 estabelece a estrutura de princípios fundamentais que regem a auditoria do setor público, fornecendo a base para as normas específicas de auditoria financeira, operacional e de conformidade, e é aplicável a todos os trabalhos de auditoria realizados pelas instituições superiores de controle (ISC).
- 102** Na auditoria de conformidade, o trabalho do auditor pode ser realizado sob duas perspectivas: a de atestação, em que o responsável pela gestão declara a conformidade e o auditor verifica essa declaração; ou a de reporte direto, na qual o próprio auditor avalia o objeto e relata a conformidade diretamente aos usuários.
- 103** A auditoria operacional deve abster-se de emitir recomendações propositivas ao final do relatório, limitando-se a apontar as falhas de eficiência encontradas, a fim de garantir a neutralidade do tribunal de contas e evitar interferência no mérito administrativo do órgão auditado.
- 104** As normas brasileiras de auditoria do setor público (NBASP), emitidas pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), buscam a convergência das práticas de auditoria dos tribunais de contas do Brasil com as normas internacionais (ISSAI).

Em relação ao planejamento da auditoria governamental, julgue os itens seguintes.

- 105** No planejamento de auditoria, se o auditor elevar o nível de materialidade para uma conta contábil, ele assumirá maior tolerância a erros, o que, tecnicamente, permitirá uma redução na extensão dos testes substantivos de detalhe sem comprometer o risco de auditoria.
- 106** Na auditoria do setor público, a determinação da materialidade deve fundamentar-se em critérios quantitativos, sendo a avaliação de aspectos qualitativos, como a natureza social ou política do objeto, restrita à fase de comunicação dos resultados.
- 107** A matriz de planejamento é o instrumento que organiza as questões de auditoria, os respectivos procedimentos de coleta e análise de dados, as fontes de informação e as possíveis limitações, servindo como roteiro estruturado para a fase de execução.
- 108** A utilização da amostragem não estatística é considerada pela ISSAI 100 falha técnica grave que prejudica a validade das conclusões do relatório, uma vez que a referida norma exige a aplicação de métodos probabilísticos em todos os testes de conformidade do setor público.
- 109** Na definição do escopo da auditoria, são estabelecidos os limites do trabalho, incluindo-se o período de tempo abrangido, as unidades administrativas e os processos específicos que serão submetidos ao exame do auditor.

Julgue os itens subsequentes, relativos à execução e ao monitoramento da auditoria do setor público.

- 110** Caso os testes de observância revelem que os controles internos da entidade são ineficazes para prevenir ou detectar distorções relevantes, o auditor deve, por imposição normativa, abster-se de realizar testes substantivos e deve declarar a impossibilidade de emitir opinião sobre o objeto, sob pena de vício na caracterização dos achados.
- 111** O monitoramento de uma auditoria operacional deve ser considerado concluído e o processo deve ser arquivado após o gestor auditado protocolar o plano de ação, uma vez que a responsabilidade pela implementação das melhorias sugeridas é exclusiva da administração, cessando a jurisdição do órgão de controle sobre o caso.
- 112** A inspeção física de ativos imobilizados no curso da execução da auditoria permite ao auditor obter evidência direta e fidedigna sobre a existência e a condição física do bem, contudo tal procedimento, isoladamente, é insuficiente para atestar a propriedade jurídica do ativo pela entidade pública, sendo necessária complementação por meio do exame documental.
- 113** A técnica de revisão analítica consiste na conferência aritmética detalhada de cálculos de impostos e somas de documentos fiscais, com o propósito de atestar a exatidão matemática de processos de liquidação da despesa pública.
- 114** Por serem documentos que fundamentam a opinião do auditor, os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva da entidade auditada, devendo o tribunal de contas proceder à sua devolução integral logo após a homologação do relatório final.
- 115** A circularização, também denominada confirmação externa, consiste na obtenção de resposta escrita direta de um terceiro independente sobre informações relativas a saldos ou transações, sendo considerada técnica de alta confiabilidade por originar-se de fonte externa à entidade auditada.

Acerca das evidências de auditoria e da comunicação dos resultados de uma auditoria governamental, julgue os próximos itens.

- 116** No âmbito da auditoria do setor público, a caracterização de um achado depende fundamentalmente da identificação de uma discrepância entre a situação encontrada pelo auditor, denominada condição, e o padrão de desempenho ou legalidade esperado, denominado critério.
- 117** A matriz de responsabilização é o instrumento técnico destinado a vincular a conduta do agente ao achado de auditoria; todavia, sua elaboração é facultativa nos casos em que o auditor constata descumprimento de norma legal ou regulamentar que, embora grave, não tenha resultado em dano efetivo ou prejuízo financeiro quantificável ao erário.
- 118** A evidência de auditoria é considerada adequada quando fornece suporte razoável para a caracterização dos quatro atributos de um achado, sendo sua confiabilidade influenciada pela sua fonte e natureza, conforme as circunstâncias específicas em que foi obtida pelo auditor no curso dos testes.
- 119** Os relatórios de auditoria devem ser redigidos de forma clara, objetiva e concisa, de modo que os usuários previstos, desde gestores públicos até o cidadão comum, possam compreender as evidências e conclusões sem a necessidade de recorrer a conhecimentos técnicos profundos sobre a metodologia de auditoria utilizada.
- 120** Na estrutura lógica de um achado de auditoria, causa é o atributo utilizado para descrever as consequências negativas reais ou potenciais advindas da falha identificada, ao passo que o efeito deve identificar o motivo do descumprimento da norma ou do critério de desempenho pelo gestor.
- 

**Espaço livre**

---